

UM OLHAR SOBRE A COMUNICAÇÃO DO ESTADO ACERCA DA PROPOSTA DE ABERTURA COMERCIAL DA BASE DE ALCÂNTARA¹

A LOOK AT THE STATE'S COMMUNICATION ABOUT THE COMMERCIAL OPENING PROPOSAL FOR THE ALCÂNTARA LAUNCHING BASE

Marisvaldo Silva Lima²

Resumo: *Esse artigo analisa a comunicação exercida pelo Estado Brasileiro acerca da proposta de abertura comercial da Base de Alcântara, viabilizada por meio do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinado entre Estados Unidos e Brasil em março de 2019. Como objeto empírico, foram escolhidos 31 materiais informativos publicados no site oficial do governo brasileiro. Teoricamente, a pesquisa se ampara nos conceitos de comunicação governamental e pública e sua relação com o interesse público e promoção da cidadania (BRANDÃO, 2009; DUARTE, 2007; WEBER, 2017; LOCATELLI, 2014; 2017). Se busca entender nesse estudo como se apresentam discursivamente argumentos em prol da implementação da medida intergovernamental que prevê a abertura comercial da base de Alcântara. Como objetivos, elenca-se: 1) Propor uma reflexão acerca do conceito de comunicação pública; 2) Mapear as notícias sobre o AST EUA Brasil no site do Governo Federal segundo critérios pré-estabelecidos; 3) Identificar as estratégias discursivas presentes nos materiais informativos. Metodologicamente, apoia-se na Análise de Discurso Crítica (ADC) de Norman Fairclough (2016) e utiliza o software de análise qualitativa MAXQDA como auxílio à leitura dos textos. Os resultados mostram que a comunicação do governo brasileiro sobre o AST EUA-Brasil e a comercialização de lançamentos privados na base localizada no litoral maranhense envolve um esforço comum de diversas pastas e instâncias do Poder Executivo. Se observa também o uso instrumental da comunicação em busca estratégica de pautar a discussão pública sobre o tema por um viés desenvolvimentista.*

Palavras-Chave: *Comunicação. Acordo de Salvaguardas Tecnológicas. Base de Alcântara.*

Abstract: *This paper analyzes the communication exercised by the Brazilian State regarding the proposal for the commercial opening of the Alcântara Base, made possible through the Technological Safeguards Agreement (TSA), signed between the United States and Brazil in March 2019. As an empirical object, 31 were chosen informational materials published on the*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação Pública e Institucional da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. E-mail: mlimajornalista@gmail.com.

official website of the Brazilian government. Theoretically, a research supports the concepts of governmental and public communication and its relationship with the public interest and promotion of citizenship (BRANDÃO, 2009; DUARTE, 2007; WEBER, 2017; LOCATELLI, 2014; 2017). This study seeks to understand how to present arguments discursively in favor of the implementation of the intergovernmental measure that provides for the commercial opening of the Alcântara base. The objectives are: 1) To propose a reflection on the concept of public communication; 2) Map the news about AST USA Brazil on the Federal Government website according to pre-created criteria; 3) Identify the discursive strategies present in the information materials. Methodologically, it is supported by Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis (ADC) (2016) and uses the qualitative analysis software MAXQDA as an aid to reading the texts. The results show that the communication of the Brazilian government about the AST EUA-Brazil and the launch of private launches in the base located on the coast of Maranhão involves a common effort of diverse and complicated masses of the Executive Power. It is also observed the instrumental use of communication in a strategic search for public discussion on the subject through a developmentalist bias.

Keywords: *Communication. Technological Safeguards Agreement. Alcântara Base.*

1. Apresentação

No dia 18 de março de 2019, Brasil e Estados Unidos assinaram na capital do país norte-americano o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) para a base de lançamentos espaciais sediada no município de Alcântara, localizada no litoral maranhense, a cerca de 20 km de São Luís. O entendimento entre os dois países foi muito celebrado pelas possibilidades de inserção do Brasil no competitivo setor de lançamentos comerciais, mas também demarca os novos rumos da política espacial que nos últimos 40 anos tem sido alvo de críticas e denúncias sobre a violência com que trata as famílias quilombolas que residem em Alcântara.

Nas últimas décadas, a cidade fundada em 1648, onde anteriormente existia uma aldeia de índios tupinambás, conhecida como Tapuitapera, tem passado por inúmeras transformações de ordem econômica, social, territorial e ambiental em decorrência dos impactos da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no território onde vivem milhares de famílias quilombolas – centenas delas foram e continuam sendo alvos de remanejamentos compulsórios.

Estudos de diversas áreas do conhecimento sobre esse contexto sócio-político em que coexistem de um lado interesses desenvolvimentistas das esferas do Estado e de organizações privadas e, de outro, as mobilizações de resistência quilombola têm indicado a degradação dos modos de vida e subsistência das famílias quilombolas ao impedir-lhes de atividades como a pesca e a agricultura coletiva (SAULE JUNIOR, 2003; ALMEIDA, 2006; LIMA, 2020), promovendo a morte social, o etnocídio dessas comunidades (ANDRADE; SOUSA FILHO; COELHO, 2013).

Tomando como objeto de estudo a comunicação governamental sobre o AST EUA-Brasil, nesse artigo são apresentados alguns resultados da análise discursiva de conteúdos publicados no portal gov.br, do Governo Federal, coletados nos dois primeiros anos de gestão do presidente Jair Bolsonaro, visando evidenciar de que forma o governo constrói discursivamente argumentos em prol da implementação do acordo.

Este artigo aborda a construção discursiva que o governo brasileiro faz em materiais informativos disponibilizados em seu portal oficial, mapeando argumentos e enquadramentos existentes à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Norman Fairclough (2016), objetivando compreender como a linguagem contribui para as relações de poder na comunicação exercida pelo governo sobre os assuntos públicos. Como afirma o autor (FAIRCLOUGH, 2016), o discurso contribui para construção de identidades sociais, relações sociais e na construção de sistemas de conhecimento e crença. Em síntese, é no discurso que se manifesta a ideologia. E como a língua é um sistema em que muitos aspectos aparecem obscuros e opacos, carece muitas vezes de uma análise aprofundada que não só atribua sentido ao material textual, mas que também exponha conexões exteriores ao texto.

2. O caráter público da comunicação governamental

O termo “pública”, associado à comunicação tem sido usado de diversas formas, dada a multiplicidade de sentidos normalmente atribuídos ao conceito em questão – boa parte deles inclusive discordando entre si. Bastante confundida no senso comum com a comunicação praticada restritamente por entes governamentais

que agem de forma política, comunicação pública, é definida por muitos autores não por quaisquer que sejam os emissores, mas pela sua relação com o interesse público (ZEMOR, 1995; MCQUAIL, 2012; WEBER, 2017; LOCATELLI, 2017; FIGUEREDO, 2018,) e seguindo por esse lastro conceitual que nossa reflexão acerca da comunicação pública se solidifica.

Brandão (2012) caracteriza a comunicação pública como “espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país”, ou seja, um processo que, concordando com Denis McQuail (2012), se desenvolve na esfera pública. Uma especificação desenvolvida por esse autor é a de que “na maioria dos casos, ‘comunicação pública’ se refere à complexa rede de transações informais e solidárias que ocorrem na ‘esfera pública’ ou no espaço público de qualquer sociedade (MCQUAIL, 2012, p. 17).

Já Maria Helena Weber (2017), aborda a comunicação pública como um parâmetro indicador da qualidade das democracias, um conceito profundamente relacionado com o interesse público e que resulta de um “debate público, acionado por temas de interesse público provocados a partir dos poderes da República, de instituições, sistemas de mídia ou redes de comunicação” (WEBER, 2017, p. 29).

Em sentido amplo, Carlos Locatelli afirma que comunicação pública “pode se referir a qualquer comunicação produzida e publicizada por qualquer ator social, sob qualquer forma discursiva que reflita, crie e oriente o debate sobre questões públicas” (2017, p.191), composta por uma miríade de redes de comunicação, mas nota que somente será pública a comunicação que cumpra dois requisitos: “ser resultado de sujeitos coletivos e se referir à construção do público” (2017, p. 195).

De fato, a comunicação pública não se reduz à comunicação estatal/governamental, já que essa é apenas uma das perspectivas das abordagens do tema, que envolve Estado, governos e sociedade. Conforme Brandão (2009), outros enfoques envolvem a comunicação organizacional, a comunicação científica, a comunicação política e as estratégias de comunicação da sociedade civil organizada. Enquanto processo de comunicação instaurado no âmbito do Estado, a comunicação pública, defende a autora, pode ser entendida como uma forma de

prestação de contas que permeia o debate público com informações de interesse coletivo.

A ação governamental pode ser entendida como comunicação pública na medida em que ela é o instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento de ações promovidas nos campos políticos, econômico e social, em suma, provoca o debate público (BRANDÃO, 2009, p. 5)

A esse aspecto, Locatelli (2017) acrescenta que a comunicação pública quando identificada com a comunicação do Estado ou de um governo deve ser entendida:

Como uma responsabilidade inata dessas instituições e suas organizações estabelecer fluxos de informação e comunicação capazes de fomentar a cidadania, estabelecer uma agenda pública, prestar contas, estimular o engajamento cívico e promover o debate público (2017, p. 193).

Portanto, a comunicação pública se relaciona com um contexto amplo de interesse geral que envolve diversas instituições e instâncias da sociedade, arroladas em processos de fortalecimento da cidadania e participação pública em assuntos de interesses coletivos de forma transparente. Sobre esse último ponto, Locatelli (2014, p. 63) destaca que a visibilidade “no sentido de publicizar, de dar a conhecer, em oposição ao segredo”, especialmente na atuação do Estado, é uma das condições que caracterizam uma comunicação considerada pública.

Historicamente, conforme aponta a bibliografia especializada, a comunicação governamental no Brasil sempre se utilizou da propaganda veiculada por grandes veículos midiáticos oferecendo conteúdos que promovessem áreas estratégicas, como agropecuária e saúde. A comunicação de um governo no bojo da comunicação pública pode ser vista como “uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público” (BRANDÃO, 2009, p. 3).

Entende-se, portanto, que a comunicação governamental se relaciona com a promoção da cidadania e se configura um direito da sociedade não só de informação, mas também de participação dos assuntos que são públicos, como bem elaborou Marina Koçouski: “ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos”. (2012, p. 54).

Entretanto, é preciso focalizar que uma comunicação pública não se faz pela simples difusão de um tema de interesse social e coletivo, já que é possível que muitas comunicações oriundas de instituições do campo público ou do Estado sejam permeadas de interesses individuais e particulares, que, orientadas por estratégias de comunicação, podem, como escreveu Locatelli, “imputar ao interesse público interesses que de fato são seus” (2017, p. 203).

Ao tratar de materiais informativos noticiosos publicados pelo Governo Federal sobre o AST EUA-Brasil, o que se pretende observar é como esses textos oriundos da instância governamental – onde o poder se manifesta de forma mais evidente -, tratam o acontecimento em questão, levando em consideração que, como o governo é uma fonte oficial de informações, tais conteúdos acabam por incidir na cobertura midiática e pautam os veículos jornalísticos.

3. Materiais e Métodos

A análise aqui apresentada tem como norteadora a perspectiva crítica do discurso de Norman Fairclough (2016), entretanto, dado os objetivos elencados e volume do *corpus*, não se dedica com profundidade aos aspectos linguísticos do texto, antes, centra-se em uma leitura que parte de uma reflexão das condições sociopolíticas de produção em um contexto histórico específico, considerando como principal foco de atenção os enquadramentos adotados nos textos, buscando identificar estruturas ideológicas que emergem de seus núcleos centrais.

O *corpus* material analisado neste artigo foi coletado no site oficial do governo federal por meio de consulta por palavras-chave pré-estabelecidas relacionadas ao contexto estudado. Foram encontrados 31 materiais de gênero informativo publicados entre 1º de janeiro de 2019 a 31 de janeiro de 2021, divulgados em sete canais pertencentes a diversos setores do executivo federal. A Tabela 1 apresenta os materiais quanto à data de publicação e seu setor de origem.

ABELA 1
Corpus de análise

#	Título	Origem	Endereço
1.	Brasil e EUA fecham acordo para uso do Centro Espacial de Alcântara	Planalto	https://cutt.ly/jcneF8Q
2.	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas possibilita destravar uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara	Ministério da Defesa	https://cutt.ly/1cnrtwm
3.	Brasil assina Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os EUA e coloca o país como importante player no setor aeroespacial	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/acnrgP0
4.	Brasil e Estados Unidos estreitam parcerias em Diálogo das Indústrias de Defesa	Ministério da Defesa	https://cutt.ly/7cnrvcr
5.	“As normas brasileiras serão seguidas”, afirma ministro sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas	Ministério da Defesa	https://cutt.ly/VcnrTrN
6.	Soberania do país e controle do Centro de Alcântara estão garantidos	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/lcntesP
7.	Congresso Nacional receberá texto do Acordo de Salvaguardas entre Brasil e EUA	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/dcntPri
8.	Presidente da AEB debate benefícios do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/gcntKYE
9.	Comitiva interministerial conhece as instalações do Centro de Lançamento de Alcântara	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/OcnywOn
10.	Secretário executivo realiza visitas técnicas no estado do Maranhão	Ministério da Infraestrutura	https://cutt.ly/TcnyWtM
11.	Secretário-executivo visita Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão	Ministério da Infraestrutura	https://cutt.ly/pcnyT4p
12.	Câmara Federal aprova Acordo de Salvaguardas Tecnológicas	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/YcnyNke
13.	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas é aprovado em etapa final no Senado	Governo do Brasil	https://cutt.ly/zcny9PI
14.	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas tem relatório aprovado em comissão do Senado	Ministério da Defesa	https://cutt.ly/ycny4ib
15.	Senado Federal aprova Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil – Estados Unidos	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/Tcny6dP
16.	Fórum da Indústria Espacial promove integração entre segmentos da área espacial	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/icnue04
17.	Entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos	Ministério das Relações Exteriores	https://cutt.ly/acnuuzy
18.	Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: acordos internacionais e novas tecnologias	Governo do Brasil	https://cutt.ly/OcnuapG

19.	Agência Espacial Brasileira comemora 26 anos de serviços prestados ao País	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/lcnuff
20.	Declaração Conjunta entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América sobre a 5ª Reunião da Comissão Mista Brasil-EUA de Cooperação Científica e Tecnológica Brasília, 6 de março de 2020	Ministério das Relações Exteriores	https://cutt.ly/QcnukFS
21.	Ministro da Defesa aposta em parceria com ganhos concretos entre Brasil e EUA	Ministério da Defesa	https://cutt.ly/Fcnuchg
22.	Conheça os principais acordos vigentes entre Brasil e EUA	Planalto	https://cutt.ly/6cnuT8k
23.	FAB e AEB assinam acordo relacionado ao Centro Espacial de Alcântara	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/lcnuOkb
24.	Brasil poderá lançar foguetes em centro espacial, no Maranhão	Governo do Brasil	https://cutt.ly/ncnuARQ
25.	AEB firma parceria com Ministério da Infraestrutura para implementar Programa de Desenvolvimento Integrado em Alcântara	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/LcnuHwO
26.	Comissão vai propor Plano de Desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara e região	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	https://cutt.ly/xcnuLYn
27.	Parlamentares visitam Alcântara para conhecer o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/gcnuVNG
28.	Ministro destaca programa antártico e acordos espaciais em webinar da Apecs Brasil	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	https://cutt.ly/hcnu3JM
29.	Expansão de acordos comerciais Entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos	Governo do Brasil	https://cutt.ly/pcniqSb
30.	Diretores da Agência Espacial Brasileira, do MCTI e do CLA cumprem agenda de reuniões em São Luís, no Maranhão	Agência Espacial Brasileira	https://cutt.ly/Wcniipkr
31.	Ministro e bancada parlamentar do Maranhão discutem Programa de Desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	https://cutt.ly/hcniqpq

FONTE – Dados da pesquisa, 2021.

O Gráfico 1 apresenta sinteticamente os conteúdos quanto à porcentagem de materiais no corpus de análise, em que se percebe presença de publicações oriundas de sete pastas do executivo federal. São elas: Agência Espacial Brasileira (13 materiais), Ministério da Defesa (5), Governo do Brasil (4), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (3), Ministério de Relações Exteriores (2), Ministério da Infraestrutura (2) e Palácio do Planalto (2).

GRÁFICO 1
Origem dos materiais analisados



FONTE – Dados da pesquisa, 2021.

Os materiais foram lidos atentamente e, com auxílio do *software* de análise qualitativas MAXQDA, processou-se a codificação e categorização de segmentos de texto que possibilitam a compreensão de sentidos nos conteúdos publicados pelo governo brasileiro sobre o acordo de proteção a tecnologias desenvolvidas pelos Estados Unidos, que venham a ser utilizadas em lançamentos a partir do CEA, e as perspectivas de comercialização de lançamentos espaciais a partir de solo brasileiro.

4. Discussão dos dados

A leitura e codificação do texto mostra a organização intrínseca do *corpus* textual em nove áreas temáticas, apresentadas a seguir a partir da força de sua manifestação e frequência: Ganhos comerciais; Desenvolvimento nacional e regional; Protagonismo espacial; Impactos nas comunidades quilombolas; Relações exteriores; Soberania nacional; Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro; Segurança internacional; e Infraestrutura interna do CEA, conforme apresentado na Tabela 2.

TABELA 2
Argumentos presentes no corpus textual

Argumentos	Frequência	Porcentagem
Argumento Comercial	39	27,86
Desenvolvimento Nacional e Regional	36	25,71
Protagonismo espacial	26	18,57
Impactos nas comunidades quilombolas	10	7,14
Soberania Nacional	8	5,71
Relações Exteriores	8	5,71
Desenvolvimento do PEB	6	4,29
Segurança internacional	4	2,86
Melhorias de Infraestrutura do CEA	3	2,14
Total	140	100,00

FONTE – Dados da pesquisa, 2021.

4.1. Ganhos comerciais

O informativo oriundo do governo brasileiro se organiza amplamente na possibilidade de inserção do Brasil em um competitivo mercado global de lançamentos não militares a partir da exploração comercial do CEA. Para tanto, é necessário a aprovação do AST, sem o qual o país perde a possibilidade de alavancar o seu potencial no setor aeroespacial, conforme demonstram alguns enxertos oriundos dos materiais analisados.

“o acordo na área aeroespacial prevê a possibilidade da **exploração econômica** do Centro de Lançamento de Alcântara.”³

“O objetivo é transformar o CEA em uma base de lançamento **competitiva internacionalmente**.”⁴

“O pacto permite que os Estados Unidos usem o espaço brasileiro para fazer lançamento de foguetes, com fins pacíficos, a partir do centro espacial. Em contrapartida, **o Brasil receberá remuneração** pela disponibilização do local.”⁵

“**o AST se mostra imprescindível** para que o Centro Espacial de Alcântara entre no mercado global de lançamentos de cargas ao espaço. **É do interesse do Brasil fomentar este tipo de atividade comercial**.”⁶

³ Material 4

⁴ Material 27

⁵ Material 11

⁶ Material 23

“Brasil poderá se inserir no **mercado espacial mundial como um forte participante do segmento de lançamentos**, gerando desenvolvimento científico-tecnológico e socioeconômico, com criação de empregos e ampliação do empreendedorismo e de negócios de base local e nacional.”⁷

“**Brasil poderá se inserir no mercado espacial mundial** como um forte participante do segmento de lançamentos.”⁸

Aparecem também nessa categoria, diversas referências a valores resultantes da arrecadação que o CEA poderá realizar ao ceder sua estrutura física para que outros países e empresas lancem artefatos espaciais. Entretanto, note-se que não há harmonia em relação aos valores bilionários que surgem ao longo do período de análise – consenso parece ser que o Brasil reterá pelo menos 1% das atividades de lançamentos espaciais, como destacado nos trechos abaixo.

“Em um primeiro momento, uma participação de 1% do Brasil no volume de lançamentos globais a partir de 2040. Isso pode representar **um rendimento de US\$ 10 bilhões por ano ao governo brasileiro.**”⁹

“É imprescindível para entrada do Brasil no mercado global. De acordo com especialistas, em 2040, esse é um setor que **vai gerar 1 trilhão de dólares.**”¹⁰

“O Ministério da Defesa ressaltou que o país tem potencial para alcançar **1,5 bilhão de reais de injeção na economia com este novo acordo** e também na expansão dos sítios de lançamento. Ressaltaram também que o setor movimentará cerca de U\$1 trilhão de dólares até 2040.”¹¹

“O mercado espacial como um todo movimenta cerca de US\$ 360 bilhões por ano. A expectativa é de que, com o acordo, **o Brasil possa atrair 1% do volume de negócios na área espacial, o que representaria US\$ 3,6 bilhões.**”¹²

“o Brasil entrará para um mercado que movimenta cerca de **US\$ 3 bilhões de dólares ao ano**”¹³

“Uma das metas é expandir o setor espacial no Brasil e abrir caminho para o país no mercado internacional. A estimativa é que **o desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara alcançará, em 2040, mais de US\$ 40**

⁷ Material 17

⁸ Material 29

⁹ Material 13

¹⁰ Material 5

¹¹ Material 3

¹² Material 26

¹³ Material 7

bilhões por ano com a ocupação de pelo menos 1% do mercado global do setor.”¹⁴

“Com a operação do CEA e a estimativa conservadora que o Brasil participe de, pelo menos, 1% do mercado mundial, os cálculos mostram que **o País arrecade US\$ 3,5 bilhões por ano, podendo, assim, chegar, em 2040, a US\$ 10 bilhões anuais.**”¹⁵

“A expectativa é que, com o acordo, **o Brasil ocupe 1% do volume de negócios na área espacial, o que representa US\$ 3,5 bilhões.**”¹⁶

4.2. Desenvolvimento nacional e regional

O material textual também demonstra ter forte apelo argumentativo amparado na possibilidade de desenvolvimento em níveis local, regional e nacional. Nessa perspectiva o AST serviria para alavancar não somente o desenvolvimento de atividades espaciais, mas potencializaria a geração de emprego e renda por meio do fortalecimento de setores do turismo e do comércio em Alcântara, fazendo com que a região se tornasse um polo tecnológico atrativo para startups e empreendimentos relacionados ao setor espacial. O conteúdo demonstra também a promessa de integração da comunidade local nas atividades do CEA, assim como ocorria na década de 1980 quando se instalou a base de Alcântara. Alguns trechos destacados ilustram tal argumento utilizado pelo material do governo.

“Os dois países almejam desenvolver um projeto em comum que **possibilitará a inserção de empresas e geração de empregos ao Brasil** com oportunidade de desenvolvimento tecnológico.”¹⁷

“Ao atender o mercado internacional de lançamentos privados, **o CLA será importante indutor de desenvolvimento para o município de Alcântara (MA) e para o País.**”¹⁸

“...do **acordo que amplia um cenário relevante** para empresas, profissionais e mercados que trabalham no desenvolvimento de tecnologias, produtos e conhecimento no **setor aeroespacial, turístico e econômico.**”¹⁹

¹⁴ Material 31

¹⁵ Material 15

¹⁶ Material 6

¹⁷ Material 4

¹⁸ Material 2

¹⁹ Material 3

“O Centro Espacial de Alcântara será um impulsionador de desenvolvimento para a região onde está instalado, com a participação da comunidade e empresas locais. “O centro não é sozinho, isolado, tem hotéis, tanta coisa no entorno. Tudo isso vai modificar aquela região.”²⁰

“A região de Alcântara receberá impactos positivos com a melhoria da infraestrutura local, criação de centros de treinamentos, hotéis, restaurantes, hospitais, transporte, surgimento de pequenas empresas e startups.”²¹

“De acordo com o presidente da AEB, Carlos Moura, a atividade espacial tem o potencial de gerar um polo tecnológico e de desenvolvimento na região.”²²

“O AST permitirá que o Centro Espacial de Alcântara ganhe em ritmo e qualidade das operações. Com a injeção de recursos o Centro ganhará em sustentabilidade e será indutor de desenvolvimento tecnológico e socioeconômico em toda a região.”²³

“É uma oportunidade de desenvolvimento, geração de emprego e renda e transformação da realidade do município e da região.”²⁴

“A aprovação do acordo vai representar desenvolvimento social e econômico para a região, com a geração de empregos, na criação de novas empresas e na ampliação do empreendedorismo e negócios de base local.”²⁵

4.3. Protagonismo espacial

Nessa categoria são pinçados dos materiais trechos que demonstram que o governo defende uma possível participação no setor espacial a partir das garantias que o AST oferece ao Brasil – a de poder lançar veículos de quaisquer países que operem com tecnologia norte-americana, o que representa uma grande fatia do setor, já que 80% de todos os componentes espaciais possuem elementos produzidos pelos EUA. Portanto, a operacionalização da base em lançamentos comerciais só é possível por conta da assinatura do AST.

Carlos Moura ressaltou a importância da aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas para a sociedade brasileira como um todo **“porque abre a possibilidade de nós lançarmos no Brasil sejam satélites,**

²⁰ Material 24

²¹ Material 12

²² Material 26

²³ Material 7

²⁴ Material 31

²⁵ Material 6

sejam foguetes ou outros componentes que tenham alguma tecnologia americana.²⁶

“Isso permitirá que a gente possa, o mais rápido possível, **ofertar a área de serviços que já temos disponível** no atual Centro de Lançamento de Alcântara e, assim, **concretizar o uso efetivo do Centro Espacial.**”²⁷

“Esse acordo é considerado **etapa fundamental para destravar as atividades** de lançamento de cargas para a órbita da Terra a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão.”²⁸

“Além de **uma declaração de confiança**, é uma condição obrigatória para o uso comercial do CEA, como base de lançamento de objetos espaciais de quaisquer países, que possuam componentes americanos.”²⁹

“A aprovação do AST, **coloca o Brasil como um player deste cenário** e é um passo fundamental para a criação de uma Política Nacional de Espaço.”³⁰

“O Brasil acaba de entrar no **seleto grupo de nações** que abrigam lançamentos de foguetes privados.”³¹

4.4. Impacto na(s) comunidade(s)

Outro aspecto com bastante força nos textos analisados diz respeito à discussão do impacto que as atividades decorrentes da aprovação do AST terão em Alcântara. Esses textos aludem à segunda fase de implementação do acordo com os EUA: a execução do Projeto de Desenvolvimento Integrado para o CEA. É nesta fase que os textos governamentais abordam o diálogo com as comunidades locais. Entretanto, é preciso destacar que nas etapas de negociação e discussão do AST não houve nenhuma consulta às comunidades quilombolas de Alcântara. A decisão unilateral do governo de assinar o AST fere os termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, à qual o Brasil ratifica desde 2002, sendo inclusive alvo de

²⁶ Material 8

²⁷ Material 23

²⁸ Material 14

²⁹ Material 7

³⁰ Material 18

³¹ Material 24

uma denúncia internacional da Defensoria Pública da União (DPU) e Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE).³²

“É a preparação de **planos locais para discutir com a comunidade do entorno da base** e empresas um plano de negócios para a região.”³³

“O outro escopo desta fase é o **diálogo com o governo, a comunidade e outros atores locais** para planejar a melhoria da infraestrutura da região no entorno do Centro Espacial de Alcântara.”³⁴

“Esse plano significa o trabalho conjunto de vários ministérios, com a Agência Espacial Brasileira (AEB/MCTI) e o Comando da Aeronáutica para o desenvolvimento de planos para o Centro e para a infraestrutura local da região. Isso vai envolver o **governo federal, governos locais e comunidades da região**. Agora é o momento do Plano de Negócios para que o CEA comece a ter suas primeiras operações a partir do ano que vem. Esse projeto vai ser **muito importante para o país, para o Programa Espacial Brasileiro e as comunidades que vivem nos arredores do CEA.**”³⁵

“E para instruir a matéria, foram aprovados requerimentos para serem **realizadas audiências públicas com o objetivo de ouvir os setores envolvidos e as comunidades locais.**”³⁶

4.5. Relações Exteriores

Também foi possível identificar nos textos governamentais diz respeito a relações bilaterais entre Brasil e EUA e à exaltação do status de país de aliado do país norte-americanos por meio do acordo de proteção mútua de tecnologias e pesquisas espaciais.

“A decisão de os dois países realizarem mensalmente reuniões bilaterais para aumentar a **integração entre o Brasil e os Estados Unidos.**”³⁷

“Hoje, os senhores têm um presidente que é **amigo dos Estados Unidos**, que admira esse país maravilhoso e **quer, sim, aprofundar, não apenas laços de amizade, bem como as mais variadas negociações.**”³⁸

³² Para mais informações sobre as denúncias feitas à OIT, acessar o endereço: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=40597>

³³ Material 24

³⁴ Material 15

³⁵ Material 26

³⁶ Material 8

³⁷ Material 4

³⁸ Material 1

“Essa aproximação já deu frutos concretos, como o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que já foi, inclusive, ratificado pelo Congresso Nacional, em dezembro do ano passado.”³⁹

4.6. Soberania Nacional

Nos textos emergem também argumentos relacionados à manutenção da soberania nacional no território do CEA. É necessário ressaltar que no início dos anos 2000, quando um outro acordo para o setor espacial foi aprovado entre EUA e Brasil, o entendimento, à época, foi de que ceder a base aos interesses norte-americanos feriria a soberania, e por isso a decisão do Congresso Nacional foi de não ratificar o documento assinado durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Portanto, uma das estratégias de convencimento adotadas pelo governo ao falar do AST é garantir que a parceria não ataca a soberania brasileira.

“O acordo estabelece que a jurisdição e o controle do Centro Espacial de Alcântara são de responsabilidade exclusiva do Brasil, **mantendo a soberania sobre o território nacional.**”⁴⁰

“**O AST não passa por cima de nenhuma norma brasileira**, é dentro da nossa lei. O acordo é uma questão de dados.”⁴¹

“**O Brasil manterá a soberania e controle do território brasileiro**, ressaltando que acordos desse tipo acontecem com outros países que possuem plataforma de lançamento de satélites para o desenvolvimento de tecnologia e produtos para o setor aeroespacial.”⁴²

“O acordo trata de salvaguardar tecnologias, **não envolve risco à soberania do Brasil.** O Centro Espacial de Alcântara continuará sendo operado pelo Brasil para os seus clientes.”⁴³

“**A soberania permanece inviolável.** O Centro Espacial Brasileiro continuará sendo controlado exclusivamente pelo governo brasileiro, sob a jurisdição do Ministério da Defesa e da Agência Espacial Brasileira (AEB), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).”⁴⁴

“Ele explicou também que os representantes de países que utilizarem a base terão acesso às instalações, mas **o Brasil é que aprova ou não a lista de**

³⁹ Material 21

⁴⁰ Material 13

⁴¹ Material 5

⁴² Material 3

⁴³ Material 12

⁴⁴ Material 15

peças credenciadas. “Em qualquer caso, a base estará sempre sob o controle do Brasil.”⁴⁵

4.7. Desenvolvimento do programa Espacial Brasileiro

O material mostra que os textos informativos produzidos pelo governo brasileiro acionam também o argumento do desenvolvimento tecnológico do Programa Espacial Brasileiro (PEB), possibilitado a partir da aplicação de recursos advindos as atividades de lançamentos espaciais em uma política de estado que priorize o setor espacial. Entretanto, os textos não tensionam que o Brasil “[...] não poderá usar tais recursos para a aquisição, desenvolvimento, produção, teste, emprego ou utilização de sistemas da Categoria I do MTCR (seja na República Federativa do Brasil ou em outros países)”⁴⁶ (PONTES, 2019. p. 31) e, portanto, não poderá desenvolver foguetes próprios com os recursos advindos do AST.

“O governo brasileiro que tornar o Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão, competitivo internacionalmente, e **um atrativo de recursos para o Brasil no setor espacial.**”⁴⁷

“De acordo com o ministro, o uso comercial do Centro de Alcântara **vai alavancar o programa espacial.**”⁴⁸

4.8. Segurança internacional

Nessa categoria são despertados argumentos que afirmam que o Brasil ratificará o Regime de Controle de Mísseis e se compromete a não lançar do CEA quaisquer artefatos que tenham tecnologia de países não signatários, e se compromete a não lançar mísseis balísticos e artefatos bélicos. Essa categoria relaciona-se diretamente com o silenciamento apontado acima sobre a limitação do Brasil em não utilizar recursos oriundos dos lançamentos para o desenvolvimento do PEB. Como veículos

⁴⁵ Material 6

⁴⁶ Os itens da Categoria I incluem foguetes completos e sistemas de veículos aéreos não tripulados (incluindo mísseis balísticos, lançadores espaciais, foguetes de sondagem, mísseis de cruzeiro, drones alvo e drones de reconhecimento), capazes de fornecer uma carga de pelo menos 500 kg a uma faixa de pelo menos 300 km.

⁴⁷ Material 24

⁴⁸ Material 6

lançadores de satélites também podem ser utilizados para fins bélicos, o acordo prevê que não haja desenvolvimento dessa tecnologia com recursos oriundos do AST.

“Uma restrição é para países que não são signatários do Regime de Controle de Mísseis, criado, em 1987, por Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos. O Brasil aderiu ao regime em 1995.”

“Este acordo não permite o lançamento de mísseis ou armamento bélico.”

“Prestigia a proteção de patentes e tecnologias para limitação de acesso, controle contra cópias ou uso não autorizado e está dentro de um regime internacional que também limita a proliferação de mísseis balísticos e outros sistemas não tripulados.”

“Não permite o lançamento de mísseis ou artefato bélico do Centro de Alcântara. Desde 1995, o Brasil é signatário do Regime de Controle de Mísseis (MTCR), criado em 1987 e que hoje possui 35 países membros.”

4.9. Melhorias de Infraestrutura

Outro aspecto relevante nos textos se relaciona com melhorias estruturais internas e externas ao CEA, necessárias para a adequação da base de lançamentos a padrões internacionais que viabilizem a operacionalização de atividades de lançamento no município de Alcântara.

“A base possui infraestrutura aeroportuária e acesso rodoviário. Também há acessos marítimos pelo Porto do Cujupe e embarque por meio de Ferry Boat. O Ministério da Infraestrutura é tido como parceiro estratégico na ampliação do centro, uma vez que melhorias na infraestrutura de transporte, tanto no aeroporto quanto nos acessos portuários, são necessárias.”⁴⁹

“A ideia da visita ao centro de lançamento foi conhecer o local e tratar da melhoria dos acessos, como a abertura do aeroporto de Alcântara, hoje aeródromo, e ampliação do porto de Alcântara. Incrementar a infraestrutura seria a base inicial para que novos contratos sejam firmados.”⁵⁰

5. CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

⁴⁹ Material 10

⁵⁰ Material 11

Esta pesquisa buscou conhecer como o Poder Executivo se organiza discursivamente em materiais noticiosos oriundos de diversas instâncias governamentais que abordam o AST EUA-Brasil e se mostrou relevante para compreender o discurso governamental sobre a medida. Por meio da análise se evidenciou que há diversas abordagens adotadas nos materiais, mas enquadradas constantemente pelo viés desenvolvimentista e propagandístico, em que o governo se mostra demasiado ufanista sobre as potencialidades do Centro Espacial de Alcântara.

A leitura crítica dos textos evidencia que a comunicação em torno do AST EUA-Brasil se constrói como uma estratégia interministerial complexa em que várias instâncias do Poder Executivo se conectam em torno de um objetivo comum, o de promover a imagem positiva do empreendimento, os ganhos pretendidos e o suposto desenvolvimento que a medida pode gerar para o Brasil e para a região de Alcântara/MA.

Entretanto, o governo não aborda a temática quilombola, não tensiona os impactos da política espacial nas comunidades locais e quando os textos se voltam para a relação do CEA com os moradores daquela localidade, se concentra mais em levantar os benefícios da pretensa integração das comunidades na base espacial, que discutir o verdadeiro impacto que o AST tem sobre as comunidades locais: a possibilidade de retirada de cerca de 800 famílias de seu território de origem.

Portanto, percebe-se que há um constante direcionamento do texto à glorificação do desenvolvimentismo como política de Estado em detrimento da segurança e qualidade de vida de famílias quilombolas que habitam a área sobre a qual deseja se expandir a base de Alcântara, seja a partir das escolhas de fontes informativas mencionadas nos textos, seja pelos encadeamentos discursivos que incidem sobre a cobertura midiática desse acontecimento e limita a compreensão do fato.

A análise demonstra que a comunicação governamental no caso específico do AST EUA-Brasil se aproxima mais de marketing político e institucional que um processo construído pelo viés do interesse público e promoção da cidadania. Em síntese, *lobby* em prol da implementação do medida.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.

ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito; COELHO, Leonardo Oliveira da Silva. Grupo de estudos rurais e urbanos. **Impactos das ações indicadas pela CCAF para a reprodução material e social dos quilombolas de Alcântara e a manutenção da sua identidade étnica**: análise das informações da Nota 119/2011/CCAF/AGU, relativas à alteração do perímetro do território quilombola de Alcântara. Informação técnica. São Luís, 2013.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 1- 33.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2016.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas / Heloiza Matos (org.) – São Paulo: ECA/USP, 2013. 288 p.

LIMA, Marisvaldo Silva. **Alcântara vai para o espaço**: o discurso da mídia jornalística impressa sobre os conflitos entre comunidades quilombolas e a base de lançamento de foguetes em Alcântara – Maranhão. 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2020.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e barragens**: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas. Florianópolis: Insular, 2014. 360 p.

LOCATELLI, Carlos. Comunicação pública e barragens: estratégias e atores. In WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Orgs). **Comunicação pública e política** – pesquisas e práticas. Florianópolis: Insular, 2017, 728 p.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da Mídia**: Comunicação de Massa e Interesse Público. Porto Alegre: Penso, 2012. 352 p.

PONTES, Marcos. **Conhecendo o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil e Estados Unidos**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Brasília, 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/11/Entenda-o-AST.pdf>. Acesso em: 03 de abr. 2021.

SAULE JUNIOR, Nelson. **A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara**. O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA - Brasil. Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 56p.

WEBER, Maria Helena. Nas redes da comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In In WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Orgs). **Comunicação pública e política** – pesquisas e práticas. Florianópolis: Insular, 2017, 728 p.

ZEMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995.